

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260001 - COGERH/GEADM

Processo NUP 29012.000755/2026-02

UASG: 943001

Número Comprasnet: 90191/2026

A **COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ - COGERH**, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o **Aberto e Fechado**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008; Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações; Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023; Decreto Estadual nº 32.718, de 15 de junho de 2018; Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH/2022 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação **dos serviços de administração e gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH, através da utilização de sistema via WEB**, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro **José Célio Bastos de Lima**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo nº (85) 3125-9375 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/05/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/06/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16/06/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei nº 14.133/2021, e para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A

vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, a entidade promotora da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.040.000,00 (dois milhões, quarenta mil reais) conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

11.2. Os riscos a serem suportados pelo contratante e contratado se encontram descritos no subitem 2.3 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação, salvo prazo diferente estabelecido em Regulamento Interno da entidade promotora da licitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. A proposta deverá explicitar no campo “VALOR UNITÁRIO (R\$)” E “VALOR TOTAL (R\$)”, a relação sobre a “TAXA DE ADMINISTRAÇÃO”. O percentual referente a taxa de administração DEVERÁ SER APLICADA EM CADA SERVIÇO A SER EXECUTADO. A taxa não poderá ser superior a 2,00% (dois por cento), **SENDO ADMITIDA A TAXA NEGATIVA**, e deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital. O Campo “descrição detalhada do objeto ofertado” deverá ser preenchido.

12.5.1. A proposta deverá ser enviada, nos termos do Anexo II – Carta Proposta deste edital. O percentual da Taxa de Administração deverá ser expressa com exatidão de duas casas decimais (x,xx), podendo ser igual ou menor que 2,00% (dois por cento). Esta taxa incidirá sobre as peças e os serviços a serem executados. A taxa de administração estimada em 2,00% (dois por cento) representa o percentual máximo admitido.

12.5.1.1. Estimativa do consumo com peças, serviços e taxa de administração máxima:

Previsão de gastos anuais com manutenção – Serviços/Mão de Obra	R\$ 1.200.000,00
Previsão de gastos anuais com insumos – Peças	R\$ 800.000,00
Taxa de Administração estimada 2,00% (dois por cento)	R\$ 40.000,00
Geral de gastos: Anual (peças + serviço) + Taxa (anual)	R\$ 2.040.000,00

12.5.1.2. Os valores estimados representam uma estimativa de gastos, elaborada exclusivamente para fins de planejamento orçamentário e dimensionamento da contratação, não constituindo obrigação de consumo mínimo por parte da CONTRATANTE.

12.5.1.3. A taxa de administração foi estimada exclusivamente para fins de planejamento orçamentário, permanecendo o critério de seleção pela menor taxa ofertada, desde que demonstrada a exequibilidade nos casos de apresentação de taxas menores ou iguais a 0%.

12.5.1.4. A CONTRATANTE não se obriga a realizar contratações ou autorizações até o limite dos valores estimados, os quais poderão variar para mais ou para menos, conforme a efetiva necessidade de manutenção da frota e dos equipamentos, sem que disso decorra direito da CONTRATADA a qualquer indenização, compensação ou reequilíbrio econômico-financeiro.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.6.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.6.4.

12.6.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.6.1 ao 12.6.6, sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. As licitantes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outra licitante, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VL = VS \pm VTA \rightarrow VL = 1.000,00 \pm VTA$$

Onde:

VL = Valor do lance;

VS = Valor Sugerido de 1.000,00 que corresponderá a 0,00% (zero por cento).

VTA = Valor de representação da Taxa de Administração.

13.5.1. As propostas deverão ser elaboradas mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VT = PGA \pm TA \rightarrow VT = (PGA \pm (PGA * TA))$$

Onde:

VT = Valor Total

PGA = Previsão de Gastos Anual

TA = Taxa de Administração

13.5.1.1. Caso a Taxa de Administração ≤ 0 , pelo VALOR TOTAL = PREVISÃO DE GASTOS ANUAL de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

13.5.1.2. Caso a Taxa de Administração > 0 , o VALOR TOTAL estará acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) até o valor máximo de R\$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais), correspondente ao acréscimo da Taxa de Administração Máxima Permitida de 2,00% (dois por cento).

13.5.2. Tabela 01 – exemplificação da elaboração de lances do Sistema Comprasnet e proposta escrita

TABELA 01						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
Licitante	Taxa de Administração TA (%)	Valor de Representação da Taxa Administração	LANCE VL = 1.000,00 ± VTA	Valor do Lance VL (R\$)	PROPOSTA VT = (PGA ± (PGA * TA))	Valor Total VT (R\$)
01	2,00%	2,00	1.000,00 + 2,00	1.002,00	VGC = 2.000.000,00 + (2.000.000,00 x TA(L2)) VGC = 2.000.000,00 + (2.000.000,00 x (2,00%)) VGC = 2.000.000,00 + 40.000,00 VGC (L1) = 2.000.040,00 reais	2.040.000,00
02	0,00%	0,00	1.000,00 + 0,00	1.000,00	VGC = 2.000.000,00 + (2.000.000,00 x TA(L3)) VGC= 2.000.000,00 + (2.000.000,00 x (0,00%)) VGC = 2.000.000,00 + 0,00 VGC (L2) = 2.000.000,00	2.000.000,00
03	-1,00%	-1,00	1.000,00 – 1,0	999,00	VGC (L3)= 2.000.000,00 reais	2.000.000,00
04	-2,00%	-2,00	1.000,00 – 2,0	998,00	VGC (L4)= 2.000.000,00 reais	2.000.000,00
05	-5,00%	-5,00	1.000,00 – 5,0	995,00	VGC (L5) = 2.000.000,00 reais	2.000.000,00
Licitante Vencedor (05) → VL = 995,00 → TA = - 5,00% → VT = R\$ 2.000,000,00						
(a) – Licitantes				(e) – Valor do lance no Sistema Comprasnet		
(b) – Taxa de administração da proposta				(f) – Cálculo do Valor da Proposta escrita a ser anexada		
(c) – Sugestão Representação numérica da taxa				(g) – Valor da Proposta escrita a ser anexada		
(d) – Cálculo do Valor do lance no Sistema Comprasnet						

Obs: Valor inicial máximo de lance no sistema será de R\$ 1.002,00, correspondente a 2,00% (dois por cento) de TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. Serão consideradas apenas DUAS casas decimais.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.7. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento), utilizando como referência o valor unitário do item.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez, por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.27. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5. deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II- Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV- Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP, quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.11.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração.

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.12.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.13. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

20.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta preferencialmente no Banco do Brasil S/A ou outro banco indicado pelo contratante.

20.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.5. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.6. Da Subcontratação

20.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

20.7. Da Garantia contratual

20.7.1. Será exigida garantia contratual nos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

21.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 18 de maio de 2026

YURI CASTRO DE OLIVEIRA
Diretor – Presidente/ COGERH

Analisado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica

FRANCISCO ASSIS RABELO PEREIRA
Assessor Jurídico – ASJUR/COGERH

ANEXO – I TERMO DE REFERÊNCIA

NUP 29012.000755/2026-02

UNIDADE REQUISITANTE: GERÊNCIA ADMINISTRATIVA – GEADM

1. DO OBJETO

1.1. Serviços de administração e gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH, através da utilização de sistema via WEB, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1.	CÓD SEPLAG:1377125 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS E DOS EQUIPAMENTOS DA CONTRATANTE, ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMA VIA WEB PRÓPRIO DA CONTRATADA, COMPREENDENDO O PAGAMENTO POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS QUE SERÃO REALIZADOS NAS REDES DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS PELA CONTRATADA, LOCALIZADOS POR TODO O PAÍS. <i>COMPRASNET: UNIDADE = SERVIÇO</i>	SERVIÇO	1	R\$ 2.040.000,00	R\$ 2.040.000,00

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as dos sistemas, prevalecerão as deste anexo.

2.2. Especificação Detalhada:

2.2.1. Comum a todos os itens das especificações técnicas do sistema de gestão de frotas e equipamentos.

2.2.2. A COGERH terá acesso irrestrito da sua frota a ser realizado via web por meio de login e senha ao sistema da CONTRATADA.

2.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema informatizado, operando em ambiente web, com acesso online e em tempo real, destinado ao gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH.

2.2.3.1. O sistema deverá permitir o cadastramento de usuário indicado pela COGERH, o qual possuirá perfil de acesso com prerrogativas administrativas integrais para gerenciamento, autorização, acompanhamento, controle e execução das atividades relacionadas ao contrato, mediante utilização de login e senha individualizados. O referido usuário será denominado “Gestor Master”, podendo a nomenclatura ser substituída por outra equivalente que identifique o mais elevado nível hierárquico de gerenciamento operacional do sistema.

2.2.4. Caberá ao “GESTOR MASTER”, por meio do seu login de acesso, cadastrar/gerar novos logins de acesso ao sistema da CONTRATADA (on-line e em tempo real) de acordo com o perfil designado pela COGERH. Tão logo seja gerado um novo login, este deverá estar apto a ser acessado imediatamente, sem intervenção alguma da CONTRATADA.

2.2.5. Para a criação de novos logins, o sistema deverá exigir, no mínimo, os seguintes dados: nome completo, CPF e e-mail do novo usuário.

2.2.6. O sistema disponibilizado pela CONTRATADA deverá permitir o cadastramento de gestores e usuários com diferentes níveis de acesso, observando perfis hierárquicos, limites de alçada e fluxos de aprovação definidos pela COGERH.

2.2.7. Os níveis de acesso deverão ser divididos no mínimo em permissões para: cadastrar, consultar, incluir, alterar, aprovar, vistoriar e realizar cotações.

2.2.8. O sistema deverá permitir a criação de perfis de acesso individualizados, de forma que cada gestor tenha acesso restrito apenas aos veículos e equipamentos vinculados à unidade administrativa, sede, regional, gerência ou setor sob sua responsabilidade, conforme parametrização definida pela COGERH.

2.2.9. O sistema deverá disponibilizar ao “Gestor Master” perfil administrativo com prerrogativas para consultar os usuários cadastrados, respectivos perfis de acesso, níveis de permissão e funcionalidades habilitadas. Deverá ser permitido ao “Gestor Master”, de forma autônoma e sem necessidade de intervenção da CONTRATADA, realizar a inclusão, alteração, ativação, bloqueio, suspensão, redefinição de perfil e cancelamento de logins de acesso dos usuários cadastrados, observados os níveis hierárquicos de aprovação previamente parametrizados pela COGERH.

2.2.10. O sistema deverá permitir que a aprovação dos serviços de manutenção e do fornecimento de peças junto à rede credenciada seja realizada eletronicamente pelos gestores designados pela COGERH, mediante autenticação individual e segura, garantindo rastreabilidade, identificação do responsável pela autorização e registro histórico das operações executadas.

2.2.11. O sistema deverá permitir que o usuário com perfil de “Vistoriador” registre parecer técnico em campo próprio da plataforma, ficando a aprovação da ordem de serviço vinculada à emissão e ao registro formal do referido parecer no sistema.

2.2.12. O portal da CONTRATADA para o gestor deverá ter a opção de “esqueci minha senha”.

2.2.13. Deverá oferecer níveis de permissão de acesso ao software via WEB a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso às informações da frota de veículos e dos equipamentos, de acordo com as suas respectivas responsabilidades.

2.2.14. Para fins de controle de custos e conformidade técnica, a CONTRATADA deverá integrar ao seu sistema, às suas expensas, ferramentas de consulta a preços de peças e tempos de mão de obra (padrão AUDATEX, MOLICAR, ÓRION ou similar de mercado), observando:

a) Integração de Dados: O sistema de gestão deverá exibir, no momento da análise do orçamento, o valor referencial da tabela técnica lado a lado com o valor proposto pela oficina credenciada;

b) Glosa Automática: O sistema deverá permitir a configuração de travas ou alertas quando os valores de peças ou horas de mão de obra superarem os índices das tabelas de referência adotadas;

c) Abrangência: As tabelas devem cobrir, no mínimo, 90% das marcas e modelos que compõem a frota atual da CONTRANTE, garantindo a atualização mensal dos dados;

d) Autonomia: A fiscalização da CONTRATANTE terá acesso irrestrito a essas bases de dados para fins de auditoria independente, sem necessidade de solicitações prévias à CONTRATADA."

2.2.15. O sistema disponibilizado pela CONTRATADA deverá possuir funcionalidade de controle e acompanhamento dos limites financeiros mensais e global do contrato, permitindo à COGERH, em consulta única e em tempo real, visualizar, no mínimo:

- a) o cadastramento prévio do valor global contratado, contendo as respectivas datas de início e término da vigência contratual;
- b) A distribuição proporcional do valor global contratado ao longo dos meses de vigência do contrato, conforme parametrização definida pela COGERH;
- c) O valor faturado e/ou executado no mês de referência;
- d) O saldo mensal disponível, atualizado de acordo com a utilização realizada;
- e) O Saldo global remanescente do contrato;
- f) Relatórios gerenciais de acompanhamento da execução financeira contratual.

2.2.15.1. O sistema deverá impedir a utilização de valores superiores ao limite mensal previamente estabelecido pela COGERH, ressalvadas as situações excepcionais, emergenciais ou de relevante interesse operacional, desde que previamente autorizadas por gestor competente da CONTRATANTE, mediante ajuste formal do limite no sistema.

2.2.16. O sistema deverá permitir à CONTRATANTE cadastrar e parametrizar centros de custo, sedes, regionais, gerências, unidades administrativas e demais estruturas organizacionais, utilizando a nomenclatura e a classificação definidas pela COGERH.

2.2.17. O sistema deverá permitir o cadastramento e gerenciamento dos veículos e equipamentos da COGERH, contemplando, no mínimo, as seguintes informações: placa, fabricante, prefixo ou identificação patrimonial, modelo, motorização, ano de fabricação/modelo, número do chassi, RENAVAM, quando aplicável, cor, tipo de combustível, capacidade do tanque, tipo de desempenho operacional por hodômetro e/ou horímetro, classificação da lotação, porte da frota ou do equipamento, centro de custo, unidade de serviço ou unidade de negócio vinculada, família, classificação, espécie e tipo do veículo ou equipamento, sede, regional, gerência ou unidade administrativa responsável, gestor responsável e situação operacional ou jurídica do bem, tais como próprio, cedido, doado, locado, entre outros.

2.2.17.1. O sistema deverá permitir a parametrização e inclusão de novas classificações, categorias, campos e informações adicionais, conforme necessidade operacional e administrativa da COGERH, sem comprometimento da funcionalidade e da integridade da plataforma.

2.2.18. Ao ser realizado o cadastramento de novo veículo e/ou equipamento no sistema, deverá ser gerado automaticamente cartão de identificação e gerenciamento vinculado ao respectivo bem, em modalidade física e/ou virtual, sem necessidade de comando adicional por parte do gestor da COGERH, possibilitando sua imediata ativação e utilização, conforme parametrização definida pela CONTRATANTE.

2.2.18.1. Nos casos de emissão de cartão físico, a CONTRATADA deverá providenciar sua confecção e entrega à COGERH no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados da finalização do cadastro do veículo e/ou equipamento no sistema, para enviar os cartões de identificação dos veículos para a sede em Fortaleza localizada atualmente na rua Adualdo Batista, 1550 - Parque Iracema, Fortaleza/CE - CEP: 60.824.140.

2.2.19. O sistema deverá possuir padronização de nomenclaturas e parametrização de cadastros, de forma a impedir a inserção manual de informações relativas a fabricante, modelo, tipo de combustível e tipo de desempenho operacional (hodômetro e/ou horímetro), devendo tais campos ser disponibilizados por meio de listas padronizadas, previamente configuradas no sistema.

2.2.19.1. O sistema deverá, ainda, realizar o preenchimento automático da família, classificação, espécie e tipo do veículo ou equipamento, a partir da seleção do fabricante e do modelo cadastrados, garantindo padronização, integridade e consistência das informações registradas.

2.2.20. Permitir realizar a atualização/alteração do cadastro do veículo ou do equipamento.

2.2.21. A identificação dos veículos e equipamentos deverá ocorrer por meio de cartão individualizado, físico e/ou virtual, vinculado à respectiva placa, dispensada a utilização de senha para sua operação.

2.2.21.1. O sistema deverá permitir a definição de limite financeiro específico para cada cartão, conforme parametrização realizada pelo gestor responsável da COGERH, não sendo permitida a concessão automática de limite excedente, saldo adicional extraordinário ou utilização sem limite financeiro previamente estabelecido.

2.2.21.2. Eventuais necessidades de alteração do limite financeiro deverão ser realizadas exclusivamente mediante atualização parametrizada pelo gestor autorizado no sistema.

2.2.21.3. A emissão, disponibilização, substituição e utilização dos cartões não poderão gerar qualquer custo adicional para a COGERH durante toda a vigência contratual.

2.2.22. Possibilitar bloqueio e cancelamento do cartão referente ao veículo e/ou do equipamento no Sistema.

2.2.23. Cadastro do condutor informando no mínimo: Nome completo, CPF, CNH e categoria, sendo permitido realizar a atualização/alteração do cadastro.

2.2.24. Durante a execução de qualquer operação realizada junto à rede de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, o sistema deverá possibilitar a identificação do condutor responsável pela entrega do veículo ou equipamento para abertura da ordem de serviço, bem como do condutor responsável pela sua retirada após a conclusão dos serviços.

2.2.25. O sistema deverá permitir o registro do mesmo condutor nas etapas de entrega e retirada do veículo ou equipamento, bem como possibilitar o cadastramento de condutores distintos para cada operação, mantendo o histórico e a rastreabilidade das informações registradas.

2.2.26. O sistema deverá possuir padronização de nomenclaturas para peças, componentes, materiais e tipos de serviços de manutenção, vedada a inserção aleatória ou manual de descrições não padronizadas.

2.2.27. O sistema deverá permitir dois tipos de abertura de Ordem de Serviço (O.S.) on-line/ real time, aquela gerada pelo gestor da COGERH e a aquela pelo estabelecimento credenciado, sempre informando a quilometragem do veículo ou no hodômetro do equipamento.

2.2.28. Disponibilizar sistema de cotação de no mínimo 03 (três) orçamentos eletrônicos de preços a serem fornecidos pelas redes credenciadas para cada intervenção mecânica em algum veículo ou equipamento.

2.2.29. O sistema deverá permitir a negociação dinâmica de valores de mão de obra, limitados aos parâmetros das tabelas referenciais adotadas pela CONTRATANTE, cabendo ao estabelecimento integrante da rede credenciada informar o valor da hora técnica/homem praticado, bem como a quantidade de horas necessárias para execução do serviço ou substituição do respectivo componente, observados os parâmetros de mercado e as tabelas referenciais adotadas pela CONTRATANTE para fins de análise, validação e aprovação dos orçamentos.

2.2.30. O sistema deverá possuir funcionalidade de check-list eletrônico, a ser utilizado pelas oficinas e concessionárias integrantes da rede credenciada no momento do recebimento do veículo ou equipamento, permitindo o registro das condições gerais do bem, bem como dos itens, acessórios, ferramentas, documentos e nível de combustível existentes no ato da entrega.

2.2.30.1 O check-list deverá permanecer vinculado à respectiva ordem de serviço, garantindo rastreabilidade, transparência e segurança no acompanhamento da execução dos serviços.

2.2.31. O sistema deverá permitir o upload, armazenamento e vinculação de imagens digitais das avarias, defeitos, componentes danificados e condições gerais do veículo ou equipamento em todas as etapas do processo orçamentário, execução e encerramento dos serviços. As imagens deverão permanecer vinculadas à respectiva ordem de serviço e conter, identificação da data, horário e responsável pelo registro, permitindo ao gestor e/ou fiscal da COGERH realizar análise técnica, validação, auditoria, acompanhamento da manutenção executada e verificação das condições do bem antes e após a execução dos serviços. O sistema deverá possibilitar, no mínimo:

- a) anexação de imagens antes do início da manutenção, durante a execução dos serviços e após sua conclusão;
- b) registro fotográfico das avarias identificadas, das peças danificadas e das peças substituídas;
- c) visualização das imagens diretamente no orçamento e na ordem de serviço;
- d) armazenamento do histórico fotográfico vinculado ao veículo, equipamento e ordem de serviço;
- e) upload de múltiplas imagens em formatos compatíveis com a plataforma;
- f) rastreabilidade das inclusões, alterações e registros realizados no sistema;
- g) registro e controle das garantias das peças substituídas e dos serviços executados, contendo, no mínimo, prazo de garantia, data de início e término da cobertura, identificação do estabelecimento executante e vinculação à respectiva ordem de serviço.

2.2.32. A cada ordem de serviço aberta, seja pela COGERH ou pela rede credenciada, o sistema deverá informar a quilometragem rodada entre a última manutenção realizada e a atual cadastrada no sistema.

2.2.33. O sistema deverá garantir a integridade, sigilo e independência das cotações realizadas entre os estabelecimentos integrantes da rede credenciada, de forma que nenhum estabelecimento tenha acesso aos valores de peças, materiais, serviços, mão de obra, descontos ou quaisquer informações comerciais apresentadas por outro participante durante o processo de cotação e formação do orçamento.

2.2.33.1. O sistema deverá assegurar que os orçamentos sejam registrados de forma individual, restrita e não compartilhada, preservando a competitividade, a isonomia, a confidencialidade das informações e a obtenção da proposta mais vantajosa para a COGERH.

2.2.34. O sistema deverá impedir o envio de cotações parciais pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada, exigindo o preenchimento obrigatório dos valores correspondentes a todos os itens de peças, materiais, componentes e serviços constantes da solicitação de orçamento.

2.2.34.1. A ausência de preenchimento de qualquer item solicitado deverá impossibilitar automaticamente o envio e a finalização da cotação pelo estabelecimento, garantindo integridade, padronização e comparabilidade das propostas apresentadas.

2.2.35. O sistema deverá permitir que o estabelecimento integrante da rede credenciada recuse integralmente a participação na cotação solicitada, mediante registro formal da recusa no próprio sistema. A recusa deverá ser registrada de forma rastreável, contendo a data, horário e justificativa apresentada pelo estabelecimento, mantendo o histórico vinculado à respectiva solicitação de orçamento.

2.2.36. O sistema deverá possibilitar o acompanhamento on-line, em tempo real, do status das ordens de serviço relativas aos veículos e equipamentos da COGERH, permitindo a consulta de todas as etapas do processo de manutenção, desde a abertura da solicitação até a conclusão e encerramento dos serviços.

2.2.37. Envio de e-mail para o gestor nas seguintes etapas da ordem de serviço: elaboração, resposta e conclusão.

2.2.38. Inclusão de avisos para execução de manutenção preventiva (pré-cadastrados) por veículo ou equipamento, com limites de tempo e/ou quilometragem percorrida.

2.2.39. Controle de garantia de peças e serviços realizados.

2.2.40. O sistema deverá possibilitar a consulta e emissão de listagem da rede credenciada de concessionárias, oficinas multimarcas, centros automotivos e demais estabelecimentos habilitados à prestação de serviços de manutenção da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH.

2.2.40.1. A consulta deverá permitir a identificação dos estabelecimentos conforme a especialidade dos serviços prestados, contemplando, no mínimo: mecânica em geral, revisão elétrica e eletrônica, arrefecimento, refrigeração, lanternagem, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tape-

çaria, pintura, serviços pneumáticos, acessórios, equipamentos obrigatórios, lubrificação, alinhamento, balanceamento, cambagem, lavagem, socorro mecânico, guinchamento, transporte em suspensão e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos veículos e equipamentos.

2.2.41. Registro da evolução das despesas da frota.

2.2.42. O sistema deverá possibilitar a emissão de relatórios e consultas gerenciais contendo a composição da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH, indicando quantitativos por classificação, categoria, espécie e tipo, tais como motocicletas, veículos leves, caminhonetes, caminhões, ônibus, micro-ônibus, vans, máquinas e equipamentos, dentre outros definidos pela CONTRATANTE.

2.2.43. Todos os dados e informações registrados no sistema deverão permanecer disponíveis para consulta, extração e emissão de relatórios gerenciais, operacionais e fotográficos pela COGERH durante toda a vigência contratual.

2.2.44. A cada fechamento de período de faturamento e emissão da respectiva nota fiscal para pagamento, o sistema deverá disponibilizar relatórios detalhados de consumo, composição do faturamento e relatório fotográfico vinculado às ordens de serviço executadas, contendo, no mínimo, a discriminação individualizada dos serviços executados, peças, materiais, mão de obra, quantitativos, valores unitários e totais, identificação dos veículos e equipamentos atendidos, estabelecimentos executantes, datas das operações e demais informações necessárias à conferência, fiscalização e validação dos pagamentos.

2.2.44.1. O relatório fotográfico deverá conter as imagens registradas nas etapas de abertura da ordem de serviço, elaboração do orçamento, execução e conclusão da manutenção, possibilitando a verificação das avarias identificadas, peças substituídas e condições gerais do veículo ou equipamento antes, durante e após a execução dos serviços.

2.2.45. O sistema deverá possibilitar a emissão de relatório específico de ISS retido, contendo, no mínimo, a identificação do prestador do serviço, número da nota fiscal, município de incidência, base de cálculo, alíquota aplicada, valor do ISS retido, data da retenção e demais informações necessárias ao controle, conferência, fiscalização e cumprimento das obrigações tributárias pela COGERH.

2.2.46. O sistema deverá disponibilizar à COGERH relatórios gerenciais, financeiros, operacionais e fotográficos, permitindo o acompanhamento, controle, fiscalização e auditoria da execução contratual e da manutenção da frota de veículos e dos equipamentos. Os relatórios deverão contemplar, no mínimo:

- a) despesas com peças, materiais, serviços e mão de obra;
- b) composição do faturamento;
- c) histórico de manutenção por veículo e equipamento;
- d) ordens de serviço, orçamentos e documentos vinculados;
- e) garantias de peças e serviços;
- f) registros fotográficos das avarias e dos serviços executados;
- g) quilometragem e/ou hodômetro;
- h) custos operacionais e históricos da vida mecânica;
- i) identificação do veículo ou equipamento, unidade organizacional, centro de custo, gestor responsável e estabelecimento credenciado;
- j) datas, horários e histórico das operações realizadas;
- k) informações tributárias, incluindo ISS retido, quando aplicável.
- l) classificação das peças por grupo, fabricante e marca, permitindo a identificação de peças originais, genuínas, homologadas ou equivalentes;

m) informações tributárias, incluindo ISS retido, quando aplicável;

n) custos consolidados e individualizados por sede, regional, gerência, unidade administrativa, centro de custo, veículo ou equipamento.

2.2.46.1. Todos os dados deverão ser alimentados, armazenados e disponibilizados eletronicamente em base gerencial de dados acessível à COGERH durante toda a vigência contratual.

2.2.46.2. O sistema deverá permitir parametrização dos relatórios por período, unidade administrativa, centro de custo, veículo, equipamento, estabelecimento credenciado e demais filtros pertinentes, bem como disponibilização para consulta em ambiente web e exportação em formato editável, preferencialmente nos formatos .xls e/ou .xlsx.

2.2.46.3. Todas as manutenções realizadas deverão ser monitoradas, registradas e catalogadas eletronicamente, mantendo controle das ações executadas por usuário do sistema, de forma a garantir rastreabilidade, transparência, integridade e auditoria das informações pela COGERH.

2.2.47. O sistema deverá permitir a individualização e rastreabilidade de todas as operações de manutenção preventiva e corretiva realizadas nos veículos e equipamentos da COGERH, identificando o usuário responsável pela operação e registrando, no mínimo, as seguintes informações: data e horário da execução, nome e identificação do estabelecimento credenciado, município de realização do serviço, quilometragem e/ou hodômetro do veículo ou equipamento, identificação do veículo ou equipamento por placa e/ou prefixo patrimonial, descrição dos serviços executados, peças e componentes utilizados, valores unitários e totais das operações, bem como o saldo disponível do limite financeiro vinculado ao respectivo cartão.

2.2.48. O sistema disponibilizado pela CONTRATADA deverá possuir funcionalidade de extração, exportação e compartilhamento de dados, permitindo à COGERH acesso integral às informações relativas à gestão da manutenção da frota de veículos e dos equipamentos, em meio eletrônico e em formatos compatíveis com integração de sistemas e tratamento de dados.

2.2.48.1. A funcionalidade deverá possibilitar a disponibilização de todas as informações necessárias ao acompanhamento, fiscalização, auditoria e gerenciamento contratual, permitindo, sempre que tecnicamente viável, a integração entre os sistemas da CONTRATADA e da COGERH.

2.2.49. A CONTRATADA deverá preservar, armazenar e manter íntegros todos os dados, documentos, registros, imagens, históricos de operações e demais informações capturadas e geradas pelo sistema durante toda a vigência contratual, garantindo sua disponibilidade para consulta, extração, reenvio, auditoria e conferência pela COGERH sempre que solicitada.

2.2.50. As informações e registros relativos aos serviços executados pela rede credenciada deverão ser inseridos e atualizados no sistema eletrônico em tempo real ou imediatamente após a realização de cada etapa do atendimento, de forma a garantir a contemporaneidade, integridade e rastreabilidade das informações. Sempre que houver execução de serviços de manutenção preventiva ou corretiva em veículos ou equipamentos da COGERH, o estabelecimento responsável deverá registrar no sistema, de forma imediata, todas as informações relativas aos serviços executados, peças e componentes utilizados, mão de obra aplicada, datas, horários e demais dados operacionais vinculados à respectiva ordem de serviço.

2.2.51. A plataforma deverá permitir ao gestor da COGERH a consulta, visualização, emissão e reimpressão eletrônica de comprovantes, documentos, relatórios e históricos operacionais diretamente no sistema, sem necessidade de solicitação prévia à CONTRATADA. O sistema deverá disponibilizar, no mínimo:

a) consulta e impressão das ordens de serviço cadastradas;

b) relatório comparativo de orçamentos para análise histórica das cotações realizadas por placa e/ou equipamento, agrupadas por orçamento, contendo, no mínimo: número do orçamento, identificação do veículo ou equipamento, estabelecimento credenciado participante da cotação, tipo de manutenção, data do cadastro, prazo de validade do orçamento, valor de peças/produtos, valor da mão de obra/serviços e valor total da proposta;

- c) identificação e consolidação de todas as conveniadas participantes da cotação solicitada pela COGERH, contendo a situação/status individual de cada cotação;
- d) consulta e impressão dos registros de garantia das peças substituídas e dos serviços executados;
- e) histórico completo dos orçamentos, contendo identificação do veículo ou equipamento, data de cadastro, nome da conveniada, número do orçamento, alterações de status e identificação do gestor da COGERH responsável pela aprovação;
- f) histórico de manutenção dos veículos e equipamentos;
- g) consulta e emissão de relatórios dos condutores cadastrados;
- h) consulta e emissão de relatórios dos veículos e equipamentos cadastrados;
- i) relatório consolidado de consumo e valores gastos por estabelecimento credenciado;
- j) relatório da rede credenciada, detalhado por município, contendo, no mínimo, razão social ou nome fantasia, endereço, telefone e especialidade dos serviços prestados.

2.2.52. As peças, componentes e materiais substituídos durante a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão permanecer disponíveis para verificação, conferência e eventual auditoria pela CONTRATANTE, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias, quando solicitado.

2.2.52.1. Não será obrigatória a guarda permanente das peças substituídas pela Administração Pública, ficando o descarte sob responsabilidade do estabelecimento integrante da rede credenciada após o decurso do prazo estabelecido, observadas as normas ambientais, sanitárias e de destinação de resíduos aplicáveis.

2.2.52.2. O descarte somente poderá ocorrer após o prazo mencionado, salvo nos casos em que houver solicitação expressa da CONTRATANTE para retenção, apresentação ou recolhimento das peças substituídas.

2.2.53. DA PROVA DE CONCEITO

2.2.53.1. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, após a fase de habilitação, deverá realizar Prova de Conceito do sistema web ofertado, mediante apresentação prática e operacional da solução, em ambiente funcional, simulando situações reais relacionadas à gestão da manutenção da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH, com a finalidade de comprovar o atendimento integral às funcionalidades, requisitos técnicos e operacionais previstos neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

2.2.53.2. A data, horário e local da apresentação da Prova de Conceito serão comunicados formalmente à licitante arrematante com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

2.2.53.3. Não será admitido atraso superior a 30 (trinta) minutos para o início da apresentação, sob pena de desclassificação da licitante.

2.2.53.4. A Prova de Conceito deverá ser concluída no prazo máximo de 8 (oito) horas úteis, podendo ocorrer em apenas 1 (um) dia, a critério da COGERH.

2.2.53.5. Durante a apresentação será permitido o uso de apenas 1 (um) computador pela licitante arrematante, sem prejuízo da utilização de equipamentos auxiliares estritamente necessários à demonstração da solução.

2.2.53.6. As demais licitantes poderão acompanhar a apresentação na condição de ouvintes, limitadas a até 2 (dois) representantes por empresa, sendo vedada qualquer interferência durante a realização da Prova de Conceito.

2.2.53.7. A avaliação da solução apresentada será realizada por equipe técnica designada pela COGERH, a qual poderá efetuar diligências, testes complementares e consultas junto a clientes, usuários, estabelecimentos credenciados e demais entidades relacionadas, com a finalidade de verificar a aderência, funcionalidade, operacionalidade, desempenho e compatibilidade da solução com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

2.2.53.8. Concluída a análise, a equipe técnica emitirá laudo técnico conclusivo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, manifestando-se quanto à aprovação ou reprovação da solução apresentada, encaminhando-o ao Pregoeiro para adoção das providências cabíveis.

2.2.53.9. Na hipótese de a licitante não comprovar o atendimento integral às especificações técnicas e operacionais exigidas neste Termo de Referência, será desclassificada, podendo o Pregoeiro convocar a licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para realização da fase de habilitação e posterior apresentação da Prova de Conceito, repetindo-se o procedimento sucessivamente até a identificação de proposta apta ao atendimento das exigências estabelecidas.

2.3. Da Matriz de Risco

2.3.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

2.4. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

I - A CONTRATADA suportará os efeitos econômicos e financeiros decorrentes dos eventos constantes no ANEXO B — MATRIZ DE RISCO, do presente Termo de Referência.

II - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no ANEXO B — MATRIZ DE RISCO, a CONTRATADA no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, deverá informar a COGERH sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência, bem como um relatório dos fatos, anexando as evidências;

b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento. Em caso de ausência de medidas, deverá ser apresentada a justificativa técnica fundamentada para sua inexistência, ficando desde já estabelecido que a ausência injustificada de medidas preventivas poderá caracterizar falha na gestão do risco e agravar a responsabilidade da CONTRATADA;

c) As medidas que tomará para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento;

e) Outras informações relevantes para a adequada compreensão do evento, incluindo, quando aplicável, impactos operacionais, financeiros, contratuais ou no cronograma de execução, bem como providências adicionais adotadas ou a serem adotadas.

2.4.1. Após a notificação, a COGERH decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais A CONTRATADA. Em sua decisão a COGERH poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

2.4.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas no presente Termo de Referência.

2.4.3. O reconhecimento pela COGERH dos eventos descritos no ANEXO B — MATRIZ DE RISCO que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

2.4.4. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da ocorrência do evento.

2.4.5. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

2.4.6. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

2.4.7. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

2.4.8. O CONTRATO poderá ser rescindido unilateralmente, quando comprovado que todas as medidas para sanar os danos foram tomadas, e, mesmo assim a manutenção do CONTRATO se torne impossível ou inviável nas condições existentes/ou excessivamente onerosa.

2.4.9. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

2.4.10. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardatárias ou impeditivas da execução do CONTRATO, não previstos no ANEXO B — MATRIZ DE RISCO, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO.

2.5. DO PERFIL DA FROTA E DOS EQUIPAMENTOS ATENDIDOS

2.5.1. A frota da COGERH é composta, de forma exemplificativa e não exaustiva, por veículos, máquinas, equipamentos e implementos de diferentes categorias, marcas, modelos, portes, aplicações operacionais e estados de conservação, incluindo, dentre outros:

a) veículos utilitários e veículos com tração 4x4, tais como caminhonetes e pickups (ex.: Volkswagen Amarok, Toyota Hilux, Ford Ranger, Chevrolet S10 e similares);

b) caminhões leves, médios e pesados de diversas fabricantes, tais como Ford, Volkswagen, Mercedes-Benz, Scania e equivalentes;

c) motocicletas utilizadas em atividades operacionais e administrativas, a exemplo da Honda NXR 150 Bros e modelos similares;

d) reboques, implementos rodoviários e equipamentos de apoio operacional de fabricantes diversos, tais como KRON, CARVEITEC, CRB, FREE HOBBY, HERCULES e equivalentes;

e) máquinas pesadas e equipamentos de engenharia, incluindo escavadeiras hidráulicas, retroescavadeiras, motoniveladoras, tratores agrícolas e equipamentos similares, de fabricantes como JCB, Valtra, CBT, Caterpillar e equivalentes;

f) equipamentos motorizados e hidráulicos, tais como roçadeiras a gasolina, roçadeiras hidráulicas para trator e equipamentos correlatos;

g) geradores de energia portáteis, monofásicos e movidos a diesel e a gasolina, de diversas potências, capacidades e fabricantes, tais como Honda, Toyama e equivalentes;

h) embarcações, motores de popa e equipamentos hidroviários eventualmente utilizados nas atividades operacionais da COGERH.

2.5.2. A composição da frota poderá sofrer acréscimos, reduções, substituições, renovações ou alterações durante a vigência contratual, podendo incluir novos veículos, máquinas, equipamentos, implementos e embarcações com características técnicas distintas das atualmente existentes. A frota da COGERH possui bens com diferentes anos de fabricação, estados de conservação e tecnologias embarcadas, incluindo equipamentos com maior tempo de utilização operacional.

2.5.3. A CONTRATADA deverá estar apta a atender integralmente toda a frota e os equipamentos da COGERH, independentemente de marca, modelo, ano de fabricação, tipo de combustível, tecnologia embarcada, estado de conservação ou aplicação operacional, mantendo as mesmas condições técnicas, operacionais e comerciais pactuadas no contrato.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

3.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRANTE.

3.3. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 51 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COGERH.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, no exercício de suas atribuições institucionais, necessita manter condições adequadas de funcionamento de sua frota de veículos, máquinas e equipamentos operacionais, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades técnicas, operacionais e administrativas da Companhia.

As ações desempenhadas pela COGERH envolvem o acompanhamento permanente de reservatórios, adutoras, canais, estações de bombeamento e demais estruturas hídricas distribuídas em todo o território estadual, o que exige deslocamento contínuo de equipes e utilização intensiva da frota.

Grande parte dos veículos, máquinas e equipamentos encontra-se fora do período de garantia de fábrica, demandando manutenção frequente, tanto preventiva quanto corretiva. Nesse contexto, torna-se necessária a contratação de serviço especializado que permita o gerenciamento adequado dessas manutenções, garantindo controle, agilidade, segurança e economicidade.

A contratação é imprescindível para garantir a continuidade e eficiência dos serviços prestados pela COGERH no tocante à gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará, conforme disposto na Lei nº 17.928/22, que redefine as atribuições da Companhia.

4.2. O objeto da contratação está previsto no plano de negócios e investimentos e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para administrar e gerenciar a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH, abrangendo todo o ciclo de vida do objeto durante a vigência contratual.

O serviço inclui o controle das manutenções, fornecimento de peças e serviços, acompanhamento das ordens de serviço, registro das intervenções realizadas e consolidação das informações em sistema informatizado via WEB.

Desde a solicitação da manutenção até a finalização do serviço, todas as etapas serão registradas no sistema, permitindo rastreabilidade, fiscalização e avaliação contínua da execução contratual.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, que deverá ser prestada até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.

6.2.2. Utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.2.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 6.2.6, deste Termo.

6.2.5. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

6.2.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

6.2.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

III - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

6.2.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 6.2.7, observada a legislação que rege a matéria.

6.2.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada com correção monetária em favor do contratante, em conta preferencialmente no Banco Brasil S/A, ou outro banco indicado pelo contratante.

6.2.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

6.2.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.2.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.2.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.2.14. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.2.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.2.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

6.2.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

6.2.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

6.2.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo.

6.2.20. Além da garantia de que trata a Lei Federal nº 13.303/2016, a presente contratação possui previsão de garantia do serviço a ser executado, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme o caso e condições estabelecidas neste Termo.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – A contratada garantirá a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados durante as manutenções, incluindo óleo usado, filtros, pneus e outros componentes, conforme as normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

II – A contratada deverá utilizar sistemas de lavagem de veículos que otimizem o consumo de água e utilizem produtos de limpeza biodegradáveis, reduzindo impactos sobre recursos hídricos e o meio ambiente;

III – Se o nível de emissão de poluentes for acima do permitido por lei, o veículo deverá ser trocado por outro que atenda aos requisitos do inciso VI do art 8º, da Lei n.º 6938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente;

IV – Deverá respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, dentre outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei n.º 13.303/2016;

V – Buscar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;

VI – Manter os veículos automotores, de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superior aos dos padrões aceitáveis, nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;

VII – Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Ambientais Renováveis (Ibama), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), destacando-se a Lei federal n.º 8.723/1993, a Resolução Conama n.º 16/1993, e a Portaria Ibama n.º 85/1996;

VIII – Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos eventualmente movidos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços;

IX – Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos;

X – Encaminhar os pneumáticos, inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução Conama n.º 258/1999;

XI – Manter a regulação dos veículos automotores preservando as suas características originais, para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente que será emitida no ato da assinatura contratual.

7.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

7.2. Condições de Execução

7.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

7.2.1.1. No orçamento elaborado pelas oficinas credenciadas deverá conter no mínimo: placa, modelo, fabricante, ano, chassi, tipo de combustível, sede ou gerência, número do orçamento, situação/status do orçamento, nome, endereço e telefone da conveniada, tipo de manutenção, data e hora do cadastro do orçamento, data da chegada do veículo ou do equipamento, data de previsão de início e de término do serviço, data e horário da aprovação, data e hora de início do serviço, data e hora de conclusão do serviço, data em que o veículo ou o equipamento foi retirado da credenciada, nome e matrícula do condutor que deixou o veículo ou o equipamento, quilometragem ou horímetro atual, quilometragem ou horímetro anterior, quilometragem ou horímetro percorridos, gestor aprovador, nome e matrícula do condutor que retirou o veículo ou o equipamento da oficina, pessoa responsável pela oficina, responsável pela execução do serviço na oficina, parecer do motorista, parecer do gestor, parecer da oficina, parecer do vistoriador, descrição individualizada dos itens do orçamento, garantia, procedência (original ou genuína), fabricante/marca, quantidade, valor unitário, valor da mão de obra, desconto, valor total. No qual deverá ser analisado e aprovado pela COGERH.

7.2.1.2. Quando a abertura da ordem de serviço for originada pela COGERH, esta deverá informar o tipo de manutenção a ser realizada (preventiva, corretiva, garantia, aquisição de peça e guincho), a placa do veículo ou do equipamento, a quilometragem, o nome e telefone do condutor, o relato do mesmo sobre o problema a ser solucionado. Deverá incluir as peças e serviços no qual está necessitando (sem especificar valores), individualizando item por item, especificar o tempo em horas ou minutos ao qual deseja obter a resposta da conveniada, e, por fim solicitar as cotações para os estabelecimentos selecionados que desejar, assim como ter a opção de enviar para todos, de uma única vez.

7.2.1.3. Possibilitar que a ordem de serviço elaborada pelo gestor seja copiada e enviada de uma única vez para a oficina por placa, modelo, localização (Sede ou Gerência).

7.2.1.4. Nos casos que a ordem de serviço já tenha sido gerada e aprovada pelo gestor, com o serviço já em execução, a oficina que detectar a necessidade de complemento de peça, deverá solicitar ao gestor da COGERH que este inclua as peças/serviços necessários via sistema na mesma ordem de serviço, devendo esta ser novamente aprovada pelo gestor responsável e enviada para a oficina.

7.2.1.5. Na abertura de ordem de serviço originada pela conveniada deverá ser informado o tipo de manutenção a ser realizada (preventiva ou corretiva garantia, aquisição de peça e guincho), placa do veículo ou do equipamento, quilometragem, nome e telefone do condutor, relato do condutor sobre o problema a ser solucionado e relato da conveniada dando o diagnóstico por ela encontrado, data em que o veículo ou equipamento chegou à oficina, previsão de início, previsão de conclusão do serviço, validade do orçamento. Deverá informar ainda: o produto/serviço a ser realizado, individualizando item por item, quantidade de peças e de tempo de mão de obra, prazo de garantia em dias, meses e/ou anos, valor, desconto em R\$ e em percentual (%), procedência (original, genuína) e fabricante da peça.

7.2.1.6. Se a ordem de serviço foi gerada pela conveniada, aprovada pela COGERH e for detectado necessidade de complemento, a conveniada terá poderes para incluir novas peças/serviços, após a autorização da COGERH.

7.2.1.7. Sob nenhuma hipótese, será permitida abertura de ordem de serviço complementar com outra numeração. Todo o registro deverá ser mantido na mesma ordem de serviço para manutenção do histórico.

7.2.1.8. O gestor deverá ter a possibilidade de aprovar, reprovar e negociar junto ao estabelecimento conveniado. Tendo para tanto, um campo próprio para o gestor fazer o seu relato.

7.2.1.9. A aprovação, reprovação e renegociação para realização dos serviços e fornecimento de peças junto aos estabelecimentos da rede Credenciada deverá ser realizada por meio de senha fornecida ao gestor designado pela COGERH.

7.2.1.10. Ao realizar o pedido de cotação, o gestor poderá enviar para as redes credenciadas selecionadas, devendo ser no mínimo 03 (três), ou mesmo para todos os conveniados de um Estado ou Município de uma única vez.

7.2.1.11. A COGERH deverá informar o prazo de resposta no qual as redes credenciadas deverão responder ao orçamento. Se o estabelecimento não responder no prazo estipulado, a ordem de serviço deverá ser recusada automaticamente pelo sistema. Caso a COGERH tenha interesse, poderá reenviar o pedido de cotação para a mesma oficina ou para outras que venha a escolher.

7.2.1.12. No momento em que o gestor receber os orçamentos e optar pelo que melhor atende às necessidades da COGERH e aprová-lo e os demais orçamentos devem ser automaticamente cancelados/reprovados pelo Sistema.

7.2.1.13. Deverá constar, no sistema, campo para elaboração de justificativas/ parecer do gestor, caso a credenciada de menor preço não seja escolhida para a realização da manutenção preventiva ou corretiva.

7.2.1.14. O gestor somente poderá aprovar a ordem de serviço quando houver saldo disponível no contrato. O saldo insuficiente impossibilitará a aprovação no sistema.

7.2.1.15. A aprovação poderá ser total ou parcial, podendo o gestor reprovar os itens que não entenda como necessários.

7.2.1.16. Após a aprovação do orçamento pelo gestor da COGERH, a conveniada deverá dar início à execução do serviço, informando a data no sistema. Ao término, deverá informar a data no sistema, bem como o nome de quem executou o serviço e do responsável pela oficina. Deverá, ainda, emitir as notas fiscais de peças e de serviços em nome da COGERH e informar em campo próprio no sistema os números das notas fiscais geradas, bem como realizar o upload para que o gestor da COGERH realize a conferência das notas fiscais e ratifique o serviço. Somente após a ratificação do gestor no sistema, será gerada a transação de vendas, de forma automática.

7.2.1.17. Caso haja alguma inconsistência nas notas geradas pela conveniada, o gestor solicitará à conveniada que corrija e refaça o upload com as notas corretas.

7.2.1.18. A cada manutenção realizada o sistema deverá emitir comprovante da transação contendo as informações mínimas a seguir:

- a) Número de identificação da ordem de serviço;
- b) Identificação do conveniado (nome, endereço, município, UF e telefone);
- c) Data e hora da venda;
- d) Código de autorização;
- e) Número do orçamento;
- f) Placa e/ou modelo do veículo ou do equipamento;
- g) Marcação do hodômetro ou outro instrumento medidor, no momento da realização do serviço;
- h) Valor da operação;
- i) Número da nota fiscal de peça e de serviço, se houver.
- j) Nome e matrícula gestor que aprovou a ordem de serviço.
- k) Nome e matrícula do condutor que deu entrada do veículo ou do equipamento na oficina.
- l) Nome e matrícula do condutor que retirou o veículo ou o equipamento da oficina.
- m) Pessoa responsável pela execução do orçamento na conveniada.
- n) Data e hora da reimpressão do comprovante da transação.

7.2.1.19. A frota de veículos e de equipamentos da CONTRATANTE poderá sofrer acréscimo ou diminuição após a publicação deste instrumento ou a assinatura do contrato, o que poderá acarretar variação no consumo dos produtos e serviços, sem que isso implique, em qualquer hipótese, alteração ou majoração da taxa de administração.

7.2.1.19.1. No decorrer do contrato, poderão ser incluídos no sistema os veículos que vierem a ser adquiridos ou colocados à disposição da CONTRATANTE, nas mesmas condições pactuadas.

7.2.1.20. A CONTRATANTE não fica obrigada a demandar a totalidade dos serviços de manutenção correspondentes ao valor estimado, tratando-se este de mera previsão para fins de planejamento, inexistindo consumo mínimo obrigatório.

7.2.2. Especificação da garantia do serviço

7.2.2.1. A CONTRATADA deverá garantir a plena funcionalidade do sistema e a adequada prestação dos serviços contratados, responsabilizando-se pela correção de falhas, defeitos operacionais, indisponibilidades do sistema ou qualquer inconformidade verificada durante a execução contratual, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

7.2.2.2. O prazo de garantia dos serviços, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 13.303/2016, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre contratante e contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O contratante poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 5 (cinco) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos da lei.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.13 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, preferencialmente no Banco do Brasil S/A.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 81, inciso V, da Lei nº 13.303/2016.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, conforme art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016.

11.5.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação.

11.6. A CONTRATADA responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, não sendo essa responsabilidade reduzida pela fiscalização ou acompanhamento contratual, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou da garantia, quando exigida, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responsabilizar-se se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, conforme art. 77 da Lei Federal nº 13.303/2016;

11.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.17. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.18. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.19. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.20. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica em todo o território do Estado do Ceará, devendo a CONTRATADA manter, obrigatoriamente, após a assinatura do contrato, no mínimo três estabelecimentos credenciados para cada tipo de serviço (ex: autopeças, borracharia, oficinas mecânicas, concessionárias, lava a jato, serviços de guincho) nos municípios de Fortaleza, Iguatu, Sobral, Pentecoste, Limoeiro do Norte, Crato, Itapipoca, Quixeramobim, Crateús e São Benedito.

11.21. Para fins de atendimento a essa exigência, serão considerados válidos os estabelecimentos da rede credenciada localizados em raio de até 50 (cinquenta) quilômetros, contados a partir da sede de cada Gerência Regional da CONTRATANTE, cujos endereços encontram-se discriminados no Anexo A deste Termo de Referência.

11.21.1. Integram os serviços de manutenção preventiva, entre outros necessários à adequada conservação da frota, as seguintes atividades:

- a) troca de pneus, alinhamento, balanceamento de rodas e cambagem;
- b) troca de óleo do motor, câmbio e diferencial, bem como óleo de freio e líquido de arrefecimento;
- c) lubrificação e substituição de elementos filtrantes de veículos ou equipamentos;

- d) reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e de combate a incêndio;
- e) substituição de itens do motor;
- f) limpeza de motor e bicos injetores;
- g) regulagens de bombas e bicos injetores;
- h) limpeza, higienização e lavagem de veículos ou equipamentos;
- i) revisões previstas pelo fabricante;
- j) outros serviços previstos nos manuais dos veículos ou equipamentos, ou aqueles indicados pela gestão de frotas.

11.21.2. Integram os serviços de manutenção corretiva, destinados ao restabelecimento das condições normais de funcionamento dos veículos e equipamentos, entre outros que se fizerem necessários, as seguintes atividades:

- a) serviços de retífica de motor;
- b) montagem e desmontagem de conjuntos de embreagem;
- c) serviços de instalação e reparos em sistemas elétricos;
- d) intervenções no sistema de injeção eletrônica;
- e) serviços de capotaria;
- f) serviços de tapeçaria;
- g) serviços de borracharia;
- h) serviços de chaveiro;
- i) serviços de funilaria e pintura;
- j) serviços no sistema de arrefecimento;
- k) serviços no sistema de ar-condicionado.

11.22. A CONTRATADA deverá credenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, mediante solicitação formal da COGERH, sempre que identificada a necessidade de ampliação, adequação ou melhoria da cobertura da rede credenciada, oficinas multimarcas, centros automotivos, concessionárias, distribuidores de peças e prestadores de serviços de socorro mecânico, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

11.23. Garantir que nenhuma manutenção, preventiva ou corretiva, seja executada em veículos e/ou equipamentos que não estejam previamente cadastrados na frota e na relação oficial de equipamentos da CONTRATANTE, vedada a realização de qualquer serviço fora do sistema de controle estabelecido no contrato.

11.24. A CONTRATADA deverá garantir que todas as peças, componentes e materiais cobrados e classificados como novos, originais, genuínos ou equivalentes tenham sido efetivamente instalados nos veículos e equipamentos da CONTRATANTE. Deverá, ainda, assegurar que os estabelecimentos integrantes da rede credenciada disponibilizem à CONTRATANTE, sempre que solicitado, as peças e componentes substituídos, de forma a possibilitar a verificação da efetiva execução dos serviços, a rastreabilidade dos materiais utilizados, a conferência pela fiscalização contratual e a realização de eventuais auditorias.

11.25. Assegurar que as oficinas, centros automotivos, concessionárias e a rede de distribuição de peças, acessórios, componentes e demais materiais utilizados na execução dos serviços forneçam exclusivamente produtos compatíveis com os padrões técnicos exigidos para os veículos e equipamentos da CONTRATANTE, observadas as seguintes características e procedências:

11.25.1. Peças e componentes originais ou genuínos, produzidos e/ou embalados pelo fabricante ou montadora do veículo ou equipamento, com controle de qualidade próprio e constantes de seu catálogo oficial.

11.25.2. Peças e componentes originais fornecidos por fabricantes homologados pela montadora ou pelo fabricante do equipamento, que atendam aos mesmos padrões e níveis de qualidade por estes exigidos.

11.25.3. Peças e componentes de outros fabricantes poderão ser utilizados, desde que atendam aos níveis de qualidade, desempenho, segurança e aplicabilidade recomendados pelo fabricante ou montadora do veículo ou equipamento, constantes ou não de seus catálogos técnicos, e somente mediante solicitação ou autorização formal da CONTRATANTE, quando comprovada a impossibilidade de fornecimento das peças previstas nos subitens anteriores.

11.25.4. Fica expressamente vedada a utilização de peças usadas, remanufaturadas, recondicionadas, recuperadas, provenientes de sucata, desmontes ou quaisquer componentes que não sejam novos, salvo mediante autorização formal e específica da CONTRATANTE em situações excepcionais devidamente justificadas.

11.26. Relatar à CONTRATANTE, de forma imediata e formal, toda e qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços, bem como prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo com presteza e eficiência às reclamações e às demandas apresentadas pela Cogerh.

11.27. Fornecer sistema de gerenciamento eletrônico com interface que permita total compatibilidade com os sistemas operacionais da CONTRATANTE, para permitir a importação de dados.

11.28. Fornecer uma cópia do manual de utilização dos softwares de gerenciamento e consolidação de dados em língua portuguesa.

11.29. Responsabilizar-se pela empresa subcontratada, indicada em sua proposta de preços para a execução dos serviços de instalação dos softwares, se for o caso.

11.30. Adotar sistema de segurança que vincule o cartão, identificação eletrônica ou outro meio de controle diretamente ao veículo ou ao equipamento, ou, alternativamente, utilizar sistema de gestão que impeça a realização de manutenções em veículos ou equipamentos não previamente autorizados pela CONTRATANTE, assegurando o controle integral sobre todas as manutenções realizadas, bem como sobre os veículos, equipamentos e respectivos condutores.

11.31. Fornecer senhas individuais para os servidores indicados pela CONTRATANTE.

11.32. Efetuar, exclusivamente por meio do sistema informatizado, o registro, o processamento e o tratamento de todas as informações relativas aos serviços de manutenção, utilizando equipamentos eletrônicos de leitura e gravação disponibilizados na rede credenciada, de modo que cada atendimento, peça, serviço, valor, data e identificação do veículo ou equipamento sejam registrados de forma automática, rastreável e auditável, vedada a realização de autorizações, lançamentos ou controles por meios paralelos ou manuais.

11.33. Assegurar, por meio do sistema informatizado, a continuidade da prestação dos serviços e a manutenção de todos os controles previstos, mesmo na hipótese de falha de terminais leitores de cartões ou de qualquer outro impedimento operacional, garantindo que todas as transações sejam devidamente registradas, processadas e armazenadas no sistema, sem perda de dados ou prejuízo à rastreabilidade das informações.

11.34. Liberar a utilização do cartão eletrônico (físico ou virtual), ou de qualquer outro meio eletrônico de identificação adotado, para a realização de operações somente após a autenticação válida do usuário, mediante senha pessoal, código de segurança, biometria ou mecanismo equivalente previsto no sistema.

11.35. Na hipótese de perda, extravio, furto, roubo ou qualquer forma de comprometimento do cartão físico ou do meio eletrônico de identificação utilizado, o bloqueio de sua utilização deverá ser realizado de forma imediata, por meio eletrônico, preferencialmente via internet, garantindo-se a pronta e efetiva indisponibilidade do instrumento.

11.36. Permitir a troca periódica, redefinição ou validação do mecanismo de autenticação pessoal do usuário (senha, código, biometria ou equivalente), como medida de segurança do sistema.

11.37. Permitir o cancelamento definitivo do cartão eletrônico (físico ou virtual), ou do meio eletrônico de identificação, exclusivamente pela unidade responsável da CONTRATANTE, por meio do sistema de gerenciamento dos serviços.

11.38. O uso indevido de cartão eletrônico físico ou virtual, ou de meio de identificação não autorizado, cancelado ou bloqueado pela COGERH, quando constatado, será considerado falha do sistema, devendo as despesas decorrentes ser integralmente suportadas pela CONTRATADA.

11.39. A CONTRATADA não será responsável por reembolso de valores decorrentes do uso de cartão eletrônico, físico ou virtual, ou de meio de identificação perdido, furtado ou roubado, que não tenha sido previamente bloqueado pela CONTRATANTE.

11.40. Disponibilizar, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, cartões eletrônicos, físicos ou virtuais, ou outros meios eletrônicos individuais de identificação, vinculados a cada veículo e equipamento, destinados à realização das manutenções na rede credenciada.

11.41. Os cartões eletrônicos, físicos ou virtuais, ou meios eletrônicos de identificação deverão ser substituídos pela CONTRATADA, individualmente e sem ônus adicional para a CONTRATANTE, sempre que ocorrer desgaste natural, falha, perda de funcionalidade ou necessidade técnica de substituição.

11.42. Facultar ao servidor responsável pelo gerenciamento do sistema, pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados com os respectivos custos.

11.43. Fornecer assistência técnica permanente para o sistema.

11.44. Realizar o treinamento e a capacitação dos servidores indicados pela CONTRATANTE para a plena utilização de todos os recursos do sistema, preferencialmente de forma presencial, arcando integralmente com os custos decorrentes dessa atividade.

11.44.1. Excepcionalmente, mediante concordância expressa da CONTRATANTE e quando comprovada a inviabilidade do formato presencial, o treinamento poderá ser realizado por meio remoto, devendo, em qualquer hipótese, assegurar a efetiva assimilação dos procedimentos e funcionalidades do sistema.

11.45. Proporcionar ao CONTRATANTE, a cada 12 meses e ao término do contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado.

11.46. Manter listagem eletrônica atualizada de rede de oficinas e assistências multimarcas, centros automotivos, concessionárias e distribuidores de peças, credenciado e integrado ao sistema eletrônico de gerenciamento, informando as eventuais inclusões e exclusões.

11.47. Designar, perante a CONTRATANTE, preposto responsável por representar a CONTRATADA e por prestar, de forma contínua e ininterrupta, todos os esclarecimentos necessários, bem como por receber, tratar e solucionar prontamente quaisquer ocorrências que venham a surgir durante a execução do contrato.

11.47.1. O atendimento deverá ser mantido de forma permanente, inclusive aos finais de semana e feriados, garantindo resposta célere e eficaz às necessidades operacionais, de modo a assegurar o funcionamento regular e ininterrupto da frota de veículos e dos equipamentos da CONTRATANTE.

11.48. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, objeto da presente contratação, inclusive, salários dos seus empregados, taxas, impostos, custos administrativos e de impressão dos cartões, encargos sociais e outros necessários, como também, qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao patrimônio da CONTRATANTE, ou a terceiros, por quaisquer de seus funcionários, representantes ou prepostos na execução dos serviços contratados.

11.49. Responsabilizar-se integralmente por todos os custos necessários à implantação, operação e manutenção do sistema, incluindo, entre outros: a instalação de equipamentos de leitura, gravação e transmissão de dados; a emissão e substituição de cartões físicos ou virtuais; o credenciamento e a gestão da rede de empresas fornecedoras; a manutenção evolutiva e corretiva do sistema; o treinamento do pessoal; o fornecimento de manuais e materiais de apoio; bem como as despesas relacionadas a softwares, licenças e demais recursos tecnológicos.

11.49.1. Todos esses encargos deverão estar integralmente contemplados na taxa de administração, não podendo gerar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

11.50. Garantir que toda a rede credenciada colocada à disposição da CONTRATANTE seja formada por empresas idôneas.

11.51. Implantar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, o serviço de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos equipamentos da CONTRATANTE, compreendendo o fornecimento, a configuração e a plena operação de sistema informatizado, bem como a disponibilização de cartões físicos ou virtuais para cada veículo e equipamento, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

11.51.1. O sistema deverá habilitar motoristas, condutores, operadores e gestores da frota a realizar, de forma controlada e segura, a aquisição de produtos e a execução de serviços junto à rede credenciada da CONTRATADA, assegurando a rastreabilidade, o controle e a transparência de todas as operações.

11.52. A implantação pela CONTRATADA compreende:

11.52.1. Planejamento da implantação e validação pela CONTRATANTE.

11.52.2. Cadastramento e registro dos veículos e dos equipamentos da CONTRATANTE.

11.52.3. Cadastramento de todos os usuários com seus respectivos níveis de acesso.

11.52.4. Cadastramento de todos os motoristas, condutores e operadores dos veículos da CONTRATANTE.

11.52.5. Apresentação da Rede Credenciada de acordo com o estabelecido no item 9.52 deste termo de referência.

11.52.6. Credenciamento de novas oficinas, autopeças, assistências técnicas e concessionárias, se a CONTRATANTE assim solicitar.

11.52.7. Descredenciamento de oficinas, autopeças, assistências técnicas e concessionárias mediante solicitação da CONTRATANTE, desde que justificado.

11.52.8. Identificação visual e divulgação da rede credenciada.

11.52.9. Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos.

11.52.10. Treinamento de usuários, gestores, operadores, motoristas e condutores.

11.52.11. Treinamento da rede credenciada.

11.53. Manter, durante toda a vigência contratual, estrutura permanente de consultoria e suporte técnico on-line, destinada a orientar a CONTRATANTE quanto ao uso adequado do sistema e ao aprimoramento da gestão da frota de veículos e dos equipamentos.

11.53.1. Sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar visitas presenciais aos locais indicados, previamente programadas, com a finalidade de subsidiar a utilização do sistema, acompanhar a operação, orientar os usuários e contribuir para a melhoria da performance dos indicadores de desempenho relacionados à gestão da frota e dos equipamentos.

11.54. Ampliar e tornar acessível à rede credenciada, mediante solicitação da CONTRATANTE, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do referido pedido.

11.55. Efetuar, de forma pontual e integral, o pagamento à rede credenciada pelos serviços executados e pelas peças fornecidas, ficando expressamente consignado que a CONTRATANTE não responde, em nenhuma hipótese, de forma solidária ou subsidiária por tais obrigações, sendo tais pagamentos de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

11.56. Disponibilizar notas fiscais eletrônicas com descrição detalhada de todos os serviços prestados para a COGERH.

11.57. Disponibilizar permanentemente para a CONTRATANTE, por meio de mídia eletrônica, todos os dados operacionais e financeiros da frota de veículos e dos equipamentos, obtidos durante a vigência do contrato, inclusive após o seu término.

11.58. Desenvolver, as suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, tempo real, interligando os locais de atendimento com a CONTRATANTE.

11.59. A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda de serviços de manutenção em todo território do Estado do Ceará, devendo a CONTRATADA manter, após a assinatura do contrato, no mínimo três estabelecimentos credenciados para cada tipo de serviço (ex: autopeças, borracharia, oficinas mecânicas, concessionárias, lava a jato, serviços de guincho, etc.) nos municípios de Fortaleza, Iguatu, Sobral, Pentecoste, Limoeiro do Norte, Crato, Itapipoca, Quixeramobim, Crateús e São Benedito.

11.59.1. Credenciar durante a execução do contrato pelo menos 01 (uma) oficina especializada em motocicletas nas cidades de Fortaleza, Iguatu, Sobral, Pentecoste, Limoeiro do Norte, Crato, Itapipoca, Quixeramobim, Crateús e São Benedito.

11.60. Efetuar sem qualquer ônus o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso, o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da solicitação conforme necessidade da COGERH.

11.61. Realizar o treinamento de todos os gestores e usuários envolvidos na utilização da solução contratada, preferencialmente de forma presencial, nas instalações da COGERH, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de entrega, pela CONTRATANTE, dos dados cadastrais dos usuários, assegurando a plena capacitação para o uso do sistema.

11.62. Disponibilizar relatórios gerenciais, financeiros e operacionais completos e atualizados, que possibilitem o efetivo controle das despesas e dos tipos de serviços executados, dos valores de peças e mão de obra, das garantias, bem como do histórico de ordens de serviço, orçamentos e manutenções realizadas por veículo ou equipamento e por centro de custo.

11.63. Armazenar de forma imediata o histórico das operações, e sendo de fácil consulta pela COGERH durante a vigência contratual, bem como, ao término do contrato, deverá ser disponibilizado pela CONTRATADA em planilha eletrônica.

11.64. Disponibilizar acesso ao Sistema AUDATEX, MOLICAR, ÓRION ou outro instrumento hábil similar, composta por uma ferramenta que possibilita ao gestor/fiscal efetuar consulta on-line, tanto a tabela de preços dos fabricantes de peças, quanto a tabela de tempos de mão de obra padrão (Tabela Tempária), conforme informação técnica do Sindicato da Indústria e Reparação de Veículos e Acessórios.

11.65. Os prazos para execução das manutenções e/ou reparos necessários nos veículos, nacionais ou importados, e nos equipamentos devem ser estabelecidos de comum acordo com a CONTRATADA, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 96 (noventa e seis) horas, a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor de base.

11.66. Executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

11.67. Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

11.68. Responsabilizar-se pela efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos e os equipamentos, com fornecimento de peças deverão dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do contrato por ambas as partes, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web pelos servidores autorizados vinculados a COGERH.

11.69. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da CONTRATADA e o operador — servidor autorizado da COGERH mediante opções de execução oferecidas (menus).

11.70. Ofertar serviços destinados a gestão de frota de veículos e equipamentos, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso ao sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas da COGERH no escopo do objeto do contrato, e apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de veículos e equipamentos da COGERH.

11.71. Tornar disponível sistemas tecnológicos de intendência, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, dentre outros:

11.71.1. Ampla de lava jatos, borracharias e oficinas e concessionárias conveniadas, em todo o território do Estado do Ceará, equipadas para aceitar transações de usuários do sistema;

11.71.2. Implantação de sistema integrado, em ambiente web, para veículos e equipamentos componentes da COGERH, veículos com autorização judicial de uso, e apreendidos sob guarda, proporcionando um controle eletrônico dos serviços de manutenção prestados pelas conveniadas;

11.71.3. Controle informatizado de sistemas integrados de gestão da frota de veículos e equipamentos possibilitando a CONTRATADA a emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam estrito e eficaz acompanhamento da situação de manutenção da frota de veículos e dos equipamentos, da qualidade dos serviços prestados, bem como total dos gastos envolvidos.

11.72. Deixar disponível o acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota de veículos e equipamentos da COGERH, cadastrando todos os veículos e equipamentos que a integram.

11.73. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos e equipamentos cadastrados, identificando toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção e aquisição de peças originais.

11.74. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas da COGERH não deverá ser superior a duas horas.

11.75. Será considerada como USUÁRIO a(s) unidades(s) administrativas(s) determinadas pela COGERH, sendo designados servidores responsáveis pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação a Coordenadoria de Transportes.

11.76. Credenciar e tornar disponível outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos e dos equipamentos da COGERH, em todo o território do Estado do Ceará e em especial em todas as localidades onde houver unidades COGERH, sempre que houver interesse da COGERH, observados os critérios estabelecidos neste Termo de Referência. O prazo para credenciamento será de 30 dias, a contar da solicitação da Coordenadoria de Transportes.

11.77. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela CONTRATADA deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais.

11.78. Os estabelecimentos da rede credenciada da CONTRATADA deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados, dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.

11.79. O sistema da CONTRATADA deverá possuir checklist para que as oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada registrem os itens, acessórios e combustível no interior do veículo ou no equipamento no momento do recebimento e entrega do mesmo disponibilizando-os por e-mail à COGERH.

11.80. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela CONTRATADA deverão proceder a entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos ou equipamentos, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

11.81. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a COGERH, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

11.81.1. Substituir o material defeituoso;

11.81.2. Corrigir defeitos de fabricação;

11.81.3. Trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação realizada pela Gerência Administrativa (Gestão de Frotas).

11.82. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas redes credenciadas pela CONTRATADA estarão sujeitos à aceitação pela Gerência Administrativa (Gestão de Frotas), que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

11.83. Na hipótese prevista no item acima, as oficinas e as concessionárias conveniadas pela CONTRATADA, obrigam-se a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicada a CONTRATADA a não aceitação pelo Fiscal do Contrato.

11.84. As oficinas integrantes da rede credenciada deverão ter como limite máximo de prego para peças e acessórios originais que possuam código da montadora (número de peça), os constantes da Tabela de Pregos Oficial da montadora do veículo ou do equipamento para o qual o material está sendo adquirido.

11.85. As oficinas deverão adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede credenciada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

11.86. No caso de comprovada a necessidade de aquisição de peça ou acessório original (material com as mesmas características, especificações e fabricante do que compõe a montagem original do veículo ou do equipamento) que não seja contemplada com código da montadora (número de peça) na tabela de Pregos Oficial da respectiva montadora, a cotação do menor prego ficará a cargo do fiscal designado pela Gerência Administrativa (Gestão de Frotas).

11.87. A fiscalização de pregos ficará a cargo do fiscal designado pela Coordenadoria de Transportes, devendo a CONTRATADA garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço à vista.

11.88. A base do cálculo do preço praticado para prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, alinhamento e balanceamento e outros deverá ser de acordo com o tempo para a execução do serviço constante da Tabela de Tempos Padrão de Reparos adotados pela montadora de acordo com o modelo do veículo ou do equipamento (código, descrição e tempo padrão de execução do serviço).

11.89. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da CONTRATADA, e respectiva autorização pelo fiscal designado pela COGERH, que se pronunciará após imediata análise e avaliação do orçamento a ele submetido previamente.

11.90. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsada, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a COGERH e tais prestadores de serviço.

11.91. O sistema web da CONTRATADA deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e equipamentos e respectivos usuários.

11.92. Estar ciente de que quaisquer entendimentos com o fiscal serão feitos sempre por escrito ou por e-mail, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

11.93. Atender às solicitações da COGERH quanto A substituição dos empregados alocados e de oficinas credenciadas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado • descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.

11.94. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da COGERH.

11.95. Visando dar continuidade ao serviço, os serviços contratados deverão ser implantados no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

11.96. Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

11.97. A quebra ou violação do sigilo dos dados trafegados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.98. Apresentar, sempre que solicitado, relatório referente ao repasse dos pagamentos efetuados às empresas credenciadas.

11.99. O(s) técnico(s) da CONTRATADA deverá(ão) se deslocar ao local de execução do serviço sempre que a natureza da demanda assim exigir, admitindo-se a realização de atendimentos e intervenções à distância quando estes forem suficientes para a adequada solução do problema.

11.100. Ceder ao contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização.

11.100.1. Considerando que o projeto contratado se refere a serviço imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação do serviço.

11.101. É vedado o credenciamento, na rede da CONTRATADA, de pessoas físicas ou jurídicas que possuam vínculo de parentesco, até o terceiro grau, com empregados, estagiários, colaboradores ou dirigentes da CONTRATANTE, sempre que tal vínculo puder comprometer, direta ou indiretamente, a impessoalidade, a isonomia ou a lisura da execução contratual.

11.102. A CONTRATADA deverá exigir declaração formal de inexistência de conflito de interesses de todos os credenciados e comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer situação enquadrável nesta hipótese.

11.103. Excepcionalmente, a CONTRATANTE poderá autorizar o credenciamento, mediante decisão motivada, após análise específica do risco e adoção de medidas mitigadoras.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

Qualificação técnica

12.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

Qualificação técnico-operacional

12.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5. Para fins de comprovação do disposto no subitem 12.4, os atestados ou certidões apresentados deverão comprovar a execução de serviços de gestão/administração de manutenção preventiva e corretiva de frota de veículos, máquinas e equipamentos, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT. MÍNIMA	Prazo Mínimo
01	Gestão ou administração de manutenção preventiva e corretiva de frota por sistema informatizado.	Serviço	1	6 (seis) meses de execução do serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

02	Operação ou gestão de rede credenciada de oficinas ou fornecedores.	Serviço	1	6 (seis) meses de execução do serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.
----	---	---------	---	--

12.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo, serão admitidos o somatório de diferentes atestados executados, inclusive concomitantes.

12.7. A comprovação poderá ser realizada por meio de um único atestado que demonstre a execução do serviço objeto da licitação ou pelo somatório de diferentes atestados, inclusive executados de forma concomitante, desde que evidenciem que a licitante executou esse tipo de serviço por período mínimo de 6 (seis) meses, comprovando experiência recente nos últimos 5 (cinco) anos contados da data de abertura da licitação.

12.7.1. Os atestados deverão indicar, no mínimo:

12.7.2. O período de prestação do serviço;

12.7.3. Confirmação de que o serviço foi executado de forma satisfatória.

12.8. Os atestados apresentados deverão demonstrar, de forma clara, que os serviços foram executados em modelo de gestão ou administração de manutenção de frota, envolvendo a utilização de sistema informatizado de gerenciamento e a operação de rede credenciada de oficinas, fornecedores ou centros automotivos, não sendo considerados suficientes atestados que comprovem apenas a execução direta de serviços mecânicos, fornecimento de peças ou manutenção isolada de veículos ou equipamentos.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

12.9. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.9.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.9.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.9.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.9.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.9.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.9.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.10. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.11. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.12. Os documentos enumerados no subitem 12.9, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.9.3, 12.9.4 e 12.9.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.13. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.14. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.15. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.16. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.17. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.18. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

12.18.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.19. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste edital e em Lei.

12.20. Apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, conforme exigido por lei.

12.21. A comprovação da boa situação econômico-financeira da licitante será realizada por Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, apurado com base no Balanço Patrimonial do último exercício social; ou apresentação dos índices financeiros, calculados com base no Balanço Patrimonial do último exercício social, que demonstrem a situação financeira da empresa, atendendo simultaneamente aos seguintes parâmetros:

- a) Liquidez Geral (LG) > 1,00;
- b) Liquidez Corrente > 1,00;
- c) Solvência Geral (SG) > 1,00.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, Fonte 701.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – RELAÇÃO REFERENCIAL DA FROTA E EQUIPAMENTOS DA COGERH

ANEXO B - ENDEREÇO DA SEDE DA COGERH E DAS GERÊNCIAS REGIONAIS

ANEXO C – MATRIZ DE RISCO

ANEXO A – RELAÇÃO REFERENCIAL DA FROTA E EQUIPAMENTOS DA COGERH – ATUAL

Tipo	Descrição	Quantidade estimada total	Ano/Modelo	Estado de conservação
Veículos 4x4	<ul style="list-style-type: none"> Chevrolet S10 Ford Ranger 	2	2008/2009 2010/2021	REGULAR / OPERACIONAL
Caminhões	<ul style="list-style-type: none"> Caminhão Volkswagen Caminhão Mercedes-Benz Caminhão Scania Caminhão Ford F-4000 Caminhão caçamba Caminhão prancha 	8	2021/2022 2011/2012 2010/2010 2005/2005 2006/2006	REGULAR / OPERACIONAL
Motocicletas	<ul style="list-style-type: none"> Honda NXR 150 Bros Honda XRL 125 	7	2011	REGULAR / OPERACIONAL
Máquinas pesadas	<ul style="list-style-type: none"> Escavadeira hidráulica Retroescavadeira Motoniveladora Tratores 	7	1988 à 2021	REGULAR / OPERACIONAL
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> Roçadeiras com motor a gasolina ou 2 tempos Roçadeiras hidráulicas para trator Geradores de energia portáteis (2KVA a 6KVA) 	77	2010 à 2025	REGULAR / OPERACIONAL
Embarcações e equipamentos náuticos	Barcos;	12	2000 à 2012	REGULAR / OPERACIONAL
	Lancha;	2	2013 e 2025	
	Motores de popa;	41	2006 a 2021	
	Reboque para transporte de embarcações;	22	2008 a 2025	

A relação apresentada possui caráter meramente referencial, podendo sofrer variações ao longo da vigência contratual, em razão da dinâmica de utilização, substituição ou ampliação da frota. O estado de conservação indicado como “REGULAR / OPERACIONAL” caracteriza bens que se encontram em pleno funcionamento e disponibilidade para o serviço, embora apresentem desgastes naturais e sinais de uso decorrentes do tempo de operação e das condições severas de campo.

ANEXO B - ENDEREÇO DA SEDE DA COGERH E DAS GERÊNCIAS REGIONAIS

Gerência Regional das Bacias Metropolitanas	Endereço: Rua Aduardo Batista, 1550 Bairro: Parque Iracema Município: Fortaleza/CE CEP: 60.824-140
Gerência Regional da Bacia do Alto Jaguaribe	Endereço: Rua 13 de Maio, 1063 Bairro: São Sebastião Município: Iguatu/CE CEP: 63.500-000
Gerência Regional da Bacia do Banabuiú	Endereço: Rua Dona Francisca Santiago, 44 Bairro: Centro Município: Quixeramobim/CE CEP: 63.800-000 Tel: (85) 3513-9055
Gerência Regional da Bacia do Salgado	Endereço: Rua Cícero Araripe, 25 Bairro: Pimenta Município: Crato/CE CEP: 63.105-150
Gerência Regional da Bacia do Coreaú e Acaraú	Endereço: Av. Dom José Tupinambá da Frota, 120 Bairro: Jocely Dantas de Andrade Torres Município: Sobral/CE CEP: 62.042-020
Gerência Regional da Bacia do Litoral	Endereço: Av. Monsenhor Tabosa, 2989 Bairro: Julho Município: Itapipoca/CE CEP: 62.505-040 Tel: (88) 3631-2126
Gerência Regional da Bacia do Curu	Endereço: Rua Eufrásio Lopes Sales, 930 Bairro: Centro Município: Pentecoste/CE CEP: 62.640-000
Gerência Regional da Bacia do Médio e Baixo Jaguaribe	Endereço: Rua Antônio Joaquim, 1296 Bairro: Centro Município: Limoeiro do Norte/CE CEP: 62.930-000 Tel: (85) 3513-9054
Gerência Regional da Bacia dos Sertões de Crateús	Endereço: Rua Dr. Moura Fé, 914 Bairro: Centro Município: Crateús/CE CEP: 63.700-245 Tel: (85)3513-9052 Gerente: Francisco Rodrigues Pessoa dos Santos Júnior
Gerência Regional da Bacia da Serra da Ibiapaba	Endereço: Rua Irineu Pinto da Silveira, 157 Bairro: Castelo Município: São Benedito/CE CEP: 62.370-000

ANEXO C - MATRIZ DE RISCO

Risco	Descrição	Responsável	Probabilidade	Impacto	Medida de Mitigação
Falha no sistema	Indisponibilidade do sistema de gestão	CONTRATADA	Média	Alto	Suporte contínuo, contingência operacional, penalidades
Atraso na implantação	Não início do serviço no prazo	CONTRATADA	Baixa	Médio	Prazo contratual, multa e possibilidade de rescisão
Inadimplência com oficinas	Não pagamento à rede credenciada	CONTRATADA	Baixa	Alto	Responsabilidade exclusiva e rescisão
Uso indevido de cartões	Serviços não autorizados	Compartilhado	Média	Médio	Bloqueio, autenticação, auditoria
Cobrança indevida	Peças/serviços não executados	CONTRATADA	Média	Médio	Devolução, glosa e fiscalização
Conflito de interesses	Vínculos entre credenciados e empregados	Compartilhado	Baixa	Alto	Vedação contratual e declarações
Variação da frota	Aumento ou redução de veículos	CONTRATANTE	Alta	Baixo	Cláusula sem impacto na taxa

Legenda:

	RISCO OU IMPACTO - ALTO
	RISCO OU IMPACTO - MÉDIO
	RISCO OU IMPACTO - BAIXO

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À
Central de Licitações do Estado do Ceará
Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260001

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.
- O serviço objeto da contratação terá garantia de _____ (_____) _____.

3. Formação do Preço

ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL DO CONTRATO R\$	TAXA DA ADMINISTRAÇÃO (%)
VALOR GLOBAL R\$ Valor por extenso (_____) PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO(%) Percentual por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 29012.011518/2025-88

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
(O)A _____
E (O)A _____,
ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20260001, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 202600001, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação **serviços de administração e gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e dos equipamentos da COGERH, através da utilização de sistema via WEB**, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de sua celebração, observando o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

4.2. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos arts. 72 e 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e conforme dispuser o Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE.

4.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução indireta se dará por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

5.2. Os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

5.3. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 2.3 do Termo de Referência, da Matriz de Risco.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O reajuste será aplicado após o transcurso de 1 (um) ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, conforme o artigo nº 84, item 1, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.2.1. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

9.2.1.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão lógica do direito.

9.2.1.2. Também ocorrerá a preclusão lógica do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por **termo aditivo ou simples apostila unilateral e de competência do gestor do contrato**, conforme artigo nº 85, item 3, alínea “a” do Regulamento de Licitações e Contratos da COGERH – 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada

transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos bens e/ou serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. A garantia contratual obedecerá aos termos e prazos estabelecidos no subitem 6.2 do Termo de Referência. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma a seguir:

a. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

b. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

d. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

13.3. As sanções previstas nos incisos I e III do subitem 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.4. As sanções previstas no inciso III subitem 13.1 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016.

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato poderá ser extinto nas hipóteses de inadimplemento contratual, acordo entre as partes, ou conforme dispuser regulamento interno do CONTRATANTE.

14.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do CONTRATANTE, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios, fonte 701.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento conforme disposto no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos do CONTRATANTE, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei Federal nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

18.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____ (nome completo), CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

18.3. A execução contratual será fiscalizada pelo(a) Fiscal(a) do Contrato _____ (nome completo), CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da Contratante, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo. Como alternativa à assinatura física do Contrato, as Partes declaram e concordam que a assinatura mencionada poderá ser efetuada em formato eletrônico.

As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Contrato e seus termos, incluindo seus anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 ("MP nº 2.200-2").

Local e data

(nome do representante)
CONTRATANTE

(nome do representante)
CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)
RG:
CPF:

(nome da testemunha 2)
RG:
CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)